

Crescer melhor

José Eli da Veiga

Valor 15/06/2010



É ótimo o leitmotiv que está sendo proposto pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) aos candidatos à presidência da República: "Crescer mais e melhor". Principalmente pela inadiável necessidade de que sejam entendidas e assimiladas as implicações da dimensão qualitativa contida nessa ideia de que o Brasil deve "crescer melhor".

No entanto, o documento "A indústria e o Brasil" (CNI, Brasília 2010) seria muito melhor se não tivesse tropeçado em dois temas cruciais: educação e sustentabilidade ambiental. Tropeços que inevitavelmente sugerem que entre as elites industriais brasileiras o "melhor" continua a ser reprimido pelo "mais".

Na "agenda para a competitividade", que corresponde a 80% do documento, o capítulo sobre educação mostra séria incoerência com a necessidade de "ênfase da inovação nas empresas", terceira de cinco "estratégias" destacadas na parte anterior a essa agenda. Apesar de enfatizar que a educação deve ser de qualidade, e de conter trinta propostas bem pertinentes, nada disso revela a mínima preocupação com a precariedade da educação científica desde o ensino fundamental. No entanto, o centro do argumento "estratégico" abordado 120 páginas antes é a insuficiência da formação de cientistas e engenheiros.

A segunda séria deficiência da plataforma

da CNI é a maneira como aborda a questão da sustentabilidade ambiental. Começa muito bem ao propor a seguinte rima: "Mudança de filosofia: do conflito para a parceria". A confederação está certa em afirmar que no Brasil "dá-se uma prioridade exagerada à imposição de custos e regulações, reduzindo-se o foco na parceria desejável e necessária entre poder público e indústria para a concretização do desenvolvimento sustentável".

No entanto, suas cinco prioridades para o meio ambiente também revelam incoerência com o que antes foi apresentado como "quinta estratégia": a transição para a economia de baixo carbono. Nenhuma das cinco prioridades é consagrada a iniciativas que reduzam a intensidade energética e a intensidade carbono do Brasil urbano, ao mesmo tempo em que estiverem sendo minimizados desmatamentos e queimadas (e talvez também as emissões de metano da pecuária).

É sintoma de atraso essa incoerência entre o que é considerado "estratégico" e o que aparece nas 20 iniciativas elencadas no tópico ambiental da "agenda de competitividade". Continua dominante a concepção de que a exigência de sustentabilidade ambiental é muito mais estorvo que oportunidade. Embora se possa ler na página 43 que "as mudanças do clima representam uma oportunidade para o desenvolvimento nacional", não há absolutamente nada que decorra de tal afirmação nas 20 reivindicações listadas no capítulo ambiental da agenda de competitividade.

Além de sérias incoerências entre "estratégias" e "agenda", ambas estão inteiramente subordinadas à vontade de "dobrar a renda per capita a cada quinze anos". Meta que não leva em conta a tripla

constatação feita há dez anos pelo Banco Mundial: a) nem tudo melhora com o aumento da renda per capita, b) as coisas que melhoram nunca o fazem na mesma proporção; c) e nem é inevitável que a qualidade de vida realmente melhore.

A depender da sociedade, uma mesma velocidade de crescimento econômico costuma gerar consequências das mais diversas em cerca de dez áreas decisivas: educação, saúde, lacuna de gênero, liberdades civis e políticas, redução da pobreza, redução das desigualdades, participação dos cidadãos nas decisões afetas às suas vidas, combate à corrupção, qualidade ambiental e sustentabilidade.

Como mostra o relatório "A Qualidade do Crescimento", coordenado por Vinod Thomas (Ed. Unesp, 2002), quase todas essas dimensões melhoraram muito no estado indiano do Kerala, apesar de suas taxas de aumento da renda per capita terem sido muito inferiores às de outros estados e países. Se todos os estados indianos tivessem a elasticidade da redução da pobreza de Kerala, por exemplo, a Índia haveria triplicado a queda de sua população na pobreza.

A experiência da Coreia do Sul ilustra a importância de se investir eficientemente em educação básica. Da mesma forma, o Chile ilumina a possibilidade de abertura equilibrada com gerenciamento de risco e proteção social. E a Costa Rica é um caso emblemático de proteção ambiental.

Essas quatro experiências indicam que a ênfase na qualidade do crescimento é triplamente essencial. Primeiro, porque promove diretamente o bem-estar ao influenciar o acesso e a distribuição mais uniforme ao trio virtuoso formado pela educação, saúde, e qualidade ambiental. Segundo, porque o compasso do crescimento tende a ser menos volátil quando os

aspectos qualitativos são priorizados. Onde as taxas de crescimento são muito instáveis, os impactos negativos são especialmente pronunciados para os pobres. Terceiro, porque é evitada a frequente tentação de subsidiar o capital físico, ou de superexplorar recursos naturais, na ânsia de se promover a panaceia que no Brasil unifica governo e oposição, PT e PSDB, Dilma e Serra: a aceleração do crescimento.

José Eli da Veiga professor titular da USP (FEA e IRI), escreve mensalmente às terças. Página web: www.zeeli.pro.br